

O número 68 do *Boletim Mercado de Trabalho (BMT): conjuntura e análise* foi produzido nos primeiros meses de 2020, antes, portanto, de o país ser afetado pela pandemia do Covid-19. Nesse sentido, o texto *Análise do mercado de trabalho* cobre um período que se estende até o quarto trimestre de 2019, ou até janeiro de 2020, a depender do indicador.

Durante o período de análise, o quadro era de otimismo moderado. Otimismo, pois quase todos os indicadores do mercado de trabalho caminhavam juntos na direção de uma melhora. A moderação do otimismo refletia o fato de os indicadores ainda caminharem em níveis distantes do que seria desejado.

Além da nossa análise conjuntural do mercado de trabalho, este número do BMT traz contribuições adicionais organizadas em três seções.

A seção *Notas técnicas* possui três textos. No primeiro deles, *Heterogeneidade do diferencial salarial público-privado*, Joana Simões de Melo Costa, Fernando Gaiger Silveira, Bruna de Souza Azevedo, Sandro Sacchet de Carvalho e Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa usam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do período 2012-2018, para comparar os salários dos setores público e privado, visando identificar quais trabalhadores no setor público possuem maior prêmio salarial. Os resultados demonstram que parte do hiato salarial favorável ao setor público se deve a diferenças nas características observadas (maior nível de escolaridade, maior experiência e ocupações com maior produtividade). Contudo, mesmo ao controlar por características, o estudo mostra que os servidores públicos recebem maior remuneração pelos mesmos atributos. Nota-se igualmente uma grande variação entre os servidores, pois aqueles da esfera federal, com maior escolaridade (nível superior), e aqueles com ocupações associadas à administração pública e à área jurídica apresentam um maior prêmio salarial ao serem comparados a trabalhadores do setor privado com características observadas similares.

Na nota técnica *Rendimentos e jornadas de trabalho remunerado e não remunerado no Brasil: uma análise por orientação sexual*, os autores Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa, Carolina Lopes de Carvalho Vital, Felipe Mendonça Russo e Joana Simões de Melo Costa utilizam os dados da PNAD Contínua (2012-2018) para investigar os diferenciais de rendimentos e das jornadas de trabalho remunerado e não remunerado a partir da orientação sexual (heterossexual e homossexual) de mulheres e homens no Brasil, por meio da decomposição Oaxaca-Blinder. Conclui-se que, em média, homens e mulheres homossexuais apresentam indicadores socioeconômicos mais favoráveis e que mulheres heterossexuais trabalham mais horas totais que mulheres homossexuais, apesar de dedicarem menos tempo ao mercado de trabalho, devido à intensa jornada de afazeres domésticos. Por fim, o estudo comprova que maior escolaridade e outros atributos explicam apenas parte do fato de que os(as) trabalhadores(as) homossexuais

ganham mais do que os(as) heterossexuais no Brasil. Na verdade, é encontrado que o efeito chamado “discriminação” é positivo e representa um importante determinante para explicar tal diferença.

O último texto da seção, *De antes da gravidez até a infância: trabalho e estudo de mães e pais no painel da PNAD Contínua*, de Marcos Hecksher, Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa e Joana Simões Costa, tem como objetivo observar a dinâmica laboral e educacional das famílias antes e depois do nascimento de bebês, por meio do painel rotativo da PNAD Contínua. O artigo evidencia que, enquanto a probabilidade de trabalhar dos futuros pais não se altera, a das mães cai fortemente conforme o nascimento se aproxima; além disso, as mães que mais deixam de trabalhar durante a gravidez são as que não possuem cobertura previdenciária. Para as que possuem, a queda se intensifica após a licença-maternidade, quando cessa o período de estabilidade legal. Por fim, conclui-se que o percentual que não estuda nem trabalha já é mais alto entre as futuras mães do que entre os futuros pais antes mesmo da gravidez, mas a diferença se acentua muito durante a espera e após o nascimento dos filhos.

A seção *Política em foco* também possui três textos. Os dois primeiros se debruçam sobre a política de intermediação de mão de obra. O primeiro descreve as mudanças em curso que visam aprimorar o Sistema Nacional de Emprego (Sine) na sua eficiência enquanto instrumento de intermediação de mão de obra. O texto é assinado pelo secretário de Políticas Públicas de Emprego Fernando Holanda Barbosa Filho, seu subsecretário Marcelo Leandro Ferreira e o coordenador do Sine Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo. O segundo texto traz um olhar sobre a experiência de Minas Gerais no período 2015-2018. Os autores Emanuel Camilo de O. Marra, Karen Michelle A. de Oliveira e Leonardo Assis M. Júnior apontam alguns problemas da política naquele momento, em que tivemos um forte crescimento do contingente de desempregados. O último texto da seção, de autoria de Carlos Henrique Corseuil e Miguel Nathan Foguel, analisa a política de estímulo à contratação de jovens por meio do contrato de trabalho verde e amarelo (CTVA), tal como instituído pela versão original da Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019.

Por fim, a seção *Economia solidária e políticas públicas* traz mais três textos. O artigo *Economia solidária e o ecossistema empreendedor solidário: o caso de Araquara (SP)*, de Caroline Cristina Sanches e Leandro Pereira Moraes, faz uma análise qualitativa da economia solidária (Esol) e seu ecossistema no município de Araquara (São Paulo), para identificar e entender seus principais agentes e suas interações. A pesquisa encontra três atores principais como responsáveis pela construção e manutenção desse ecossistema: o governo local, as universidades e os próprios empreendimentos econômicos solidários (EES).

No texto *Fundo rotativo solidário e agroecologia: uma análise sobre o financiamento de práticas agroecológicas no baixo sul da Bahia*, o autor Simaia Santos Barreto relata a experiência do território baixo sul da Bahia com poupança coletiva. Denominado Fundo Rotativo Solidário (FRS) e realizado pela organização civil Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop), o projeto busca financiar e assessorar pequenos agricultores familiares com foco na diversificação produtiva, segurança alimentar e preservação do meio ambiente.

Apresentação

O último texto, *Dimensões analíticas do conceito de inclusão produtiva para fins de política social: uma revisão bibliométrica*, de Sandro Pereira Silva, faz uma análise bibliométrica de artigos científicos que abordam o tema inclusão produtiva. A pesquisa, que inclui artigos qualitativos e quantitativos, foca políticas de inclusão pelo mercado de trabalho no Brasil e destaca a abrangência do termo, que pode ser abordado em diferentes ramos de conhecimento e ainda carece de um maior rigor conceitual.

